



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 14ª reunião, realizada em 22 de fevereiro de 2018

1 Em 22 de fevereiro de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Henri Dubois Collet,
5 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Juliana Pereira
6 Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
7 (Seapa); Pedro de Freitas Moreira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
8 Agrário (Seda); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de Governo
9 (Segov); Fernando Antônio de Souza Costa, da Superintendência Federal de
10 Agricultura em Minas Gerais (SFA/MG) / Ministério da Agricultura, Pecuária e
11 Abastecimento (MAPA); José Mário Lobo Ferreira, da Empresa de Assistência
12 Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater); Rosa Maria
13 Medeiros, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
14 Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Adriana Maugeri, da
15 Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Guilherme da Silva Oliveira, da
16 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
17 Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Dazio
18 Vilela Chaves, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
19 Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
20 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
21 presidente Henri Dubois Collet declarou aberta a 14ª reunião da Câmara de
22 Atividades Agrossilvipastoris e deu boas-vindas a todos. **3) COMUNICADOS**
23 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Rosa Maria
24 Medeiros: “Eu gostaria só de comunicar que, na semana passada, foi publicada
25 a nova Instrução Normativa do Ibama, em atendimento ao Decreto 9.189, de
26 regulamentação da conversão de multas ambientais. É um assunto bastante
27 rico, interessante, um desafio enorme para implementar. Na nova IN está
28 prevista conversão de multas através de programas diretos e também de
29 projetos indiretos. Nessa perspectiva de projetos indiretos, esses projetos serão
30 selecionados pelo Ibama, e o interessado vai poder pedir a adesão a esse
31 programa de conversão de multa, a esse programa ambiental. Então, esses
32 projetos, para serem selecionados pelo Ibama, vai haver um chamamento
33 público, e está prevista também a constituição de câmaras consultivas, tanto
34 nacional quanto estadual, para seleção desses projetos. Então, em breve. Nós
35 temos prazos bastante curtos para definir isso tudo. Algumas coisas, nós
36 dependemos de definições de Brasília, mas em breve o superintendente entrará
37 em contato com as instituições para convidá-las a compor essa câmara

38 consultiva. E nós esperamos que esse chamamento público também ocorra
39 ainda neste primeiro semestre para as instituições. É a IN nº 6/2018, foi
40 publicada, no dia 16 de fevereiro, no 'Diário Oficial'. Conselheiro Pedro de
41 Freitas Moreira: “Parabenizar o Henri. É a primeira reunião da qual eu participo
42 com a sua coordenação. O primeiro ponto é que nós vínhamos em um processo
43 de diálogo Seda e IEF em relação à constituição de um Grupo de Trabalho para
44 criar normativa que permita a criação de sistemas agroflorestais em reserva
45 legal, em APP, de acordo com a legislação nacional. Isso vinha avançando.
46 Então, a minha provocação é no sentido de entender em que pé está isso. Já
47 tiveram várias mudanças, tanto do nosso lado quanto da SEMAD. Então, foi um
48 processo em que vínhamos caminhando, fizemos um seminário, que foi muito
49 rico, no ano passado. Então, da retomada. Eu acho que seria mais nesse
50 sentido de retomar esse diálogo e ver como que fazemos. O segundo ponto é
51 que eu fui procurado pela associação da comunidade da Chapada, em Ouro
52 Preto, e está tendo um processo, agora, em relação a torre de eletrificação. E,
53 aí, a Chapada é um patrimônio histórico, que fica cercado por dois parques, e
54 está em discussão por onde vai passar essa linha, se vai passar ali mais dentro
55 do Parque de Itatiaia ou mais próximo da comunidade, que é patrimônio. Então,
56 eu acho que vale a pena também termos um cuidado e um olhar nisso, porque
57 são duas variáveis que precisamos chegar a um meio-termo. A proposta inicial,
58 quando sai do parque, é que fica a menos de 200 m do centro do distrito, fica no
59 quintal das pessoas aquelas torres de transmissão, que são muito grandes. Nós
60 precisamos entender e conversar um pouco para ver qual que é o caminho que
61 conseguimos mediar e não bater a cabeça. Nós, da Secretaria de
62 Desenvolvimento Agrário, que fomenta o turismo, que fomenta essas tarefas, e
63 o IEF, com a questão mais da conservação etc. Para, às vezes, construirmos
64 um processo de diálogo para uma saída pactuada nesse sentido.” Fernanda
65 Teixeira Silva/IEF: “Com relação ao trabalho conjunto Seda/IEF, é do total
66 interesse do IEF também, obviamente, nós fizemos esse seminário juntos. E a
67 questão é exatamente o que você colocou, Pedro. Com todas essas mudanças
68 de secretário, diretor e tudo, quando um assinava, o outro mudou, então, ficou
69 rodando alguns meses, e, aí, virou o ano, então, nós temos que fazer essa
70 alteração dos nomes dos novos titulares de cada casa, para dar sequência.”
71 Presidente Henri Dubois Collet: “Nós já podemos programar para trazer essas
72 mudanças desses documentos, fazer a alteração e encaminhamento. O
73 segundo questionamento, com relação à área de Itatiaia, o Monumento Natural
74 Estadual de Itatiaia e zona de amortecimento também do Parque Estadual Serra
75 de Ouro Branco, essa questão da linha já teve um procedimento no IEF, em que
76 nós já indicamos a impossibilidade de passar a rede de alta tensão no interior
77 da unidade de conservação de proteção integral. Por ser uma unidade de
78 proteção integral, não pode haver nenhum uso direto da área. Então, nós já
79 fizemos essa recomendação, que não passa pelo interior da unidade de
80 conservação. Já quanto a área do entorno vai competir ao pessoal de Chapada,

81 da comunidade, e da prefeitura também em definir esse limite, desde que não
82 seja da parte do IEF. Nós já fizemos o esclarecimento, o IEF não está de acordo
83 que ela passe pelo interior do monumento natural. Então, se eles vão ter que
84 dar uma volta maior, aí, o estudo tem que ser feito, realmente, apoiando a
85 comunidade, junto com a Prefeitura de Ouro Preto, talvez, e outras prefeituras.
86 Mas já estamos com esse encaminhamento, inclusive em outras unidades de
87 conservação, porque nós tivemos vários problemas com algumas autorizações
88 que foram dadas. Hoje, inclusive, o ICMBio está discutindo isso também. Foi na
89 época também do Ibama, há muitos anos, que algumas unidades de
90 conservação tinham proposta de passar essa linha de alta tensão pelo interior
91 da unidade de conservação. A questão não é somente também essa questão do
92 uso direto, porque uma linha de transmissão, você tem que fazer manutenção,
93 tem corte de árvores, tem, às vezes, intervenção em APP. Então, não é
94 simplesmente colocar uma torre lá. Até para fazer a torre é preciso também
95 fazer estrada, então, tem uma série de intervenções. Tem um pedido também,
96 agora, da Cemig parece que para mudar algumas torres do interior de Arêdes e
97 Serra da Moeda. A nossa proposta é que não vamos autorizar, não podemos
98 autorizar, e que, se eles quiserem fazer uma mudança, está instalada, e não
99 tem como chegar agora e simplesmente tirar, mas qualquer alteração, na nossa
100 indicação, é que seja retirada, então, definitivamente do interior da unidade
101 conservação. O que eu queria dizer também é que não é tão somente uso
102 direto, é também beleza cênica. Tem algumas unidades de conservação que, se
103 começar a colocar uma série de linhas de transmissão na frente de
104 monumentos naturais, aí, na foto vai aparecer não o monumento natural, mas a
105 linha de alta tensão. Então, esse também é um dos motivos que nos fazem
106 fazer esse estudo detalhado e recomendando que não seja utilizada a unidade
107 de conservação para instalar as torres. Se houver necessidade, a equipe, o
108 gerente ou a gerente participarão, a Nathalia e a Letícia, de Ouro Branco,
109 também, com certeza, poderão participar dessa discussão e estão à
110 disposição.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Eu já até comuniquei com o
111 Nathalia. No dia 8 de março, vai ter uma audiência. A minha insegurança dessa
112 posição é: o argumento virar aproximar isso e passar a torre dentro dos quintais
113 das pessoas, com o argumento do IEF. Eu acho que isso que não pode virar.
114 Então, como conseguimos, dentro do Estado, fazer esse diálogo, ‘não vai
115 passar aqui, mas também não vai passar na comunidade’, vamos tentar pensar
116 uma alternativa, que der a volta. Enfim, o argumento que se constrói em torno
117 disso pode cair sobre o IEF de essas torres passarem por cima da Chapada. A
118 minha preocupação e a necessidade de diálogo passam por aí também, para
119 termos uma posição pactuada e conseguirmos apresentar uma proposta
120 conjunta, que não passe dentro do parque e que também não passe na
121 comunidade.” Presidente Henri Dubois Collet: “Eu acho que é importante
122 reforçar essa questão, porque nós já temos que cumprir a legislação. Então, nós
123 estamos seguindo, estritamente, o que determina a legislação. A questão da

124 Chapada, se realmente vai trazer tanto problema, eu acho que é importante
125 discutir e ver quais alternativas. A linha me parece que está fazendo já um
126 aumento talvez em torno de 20 a 30 km a mais. Então, 1 km a mais, 2 km a
127 menos para poder sair dessa área da Chapada, eu acho que isso tem que ser
128 discutido, mas, aí, já foge da competência do IEF, porque não está no interior
129 mais da unidade de conservação. Nós devemos participar porque, realmente,
130 tem a zona de amortecimento dos três quilômetros. É uma unidade de proteção
131 integral, e a gerente vai participar. Mas, nesse caso, a proposta de localização
132 tem que ser tratada com a comunidade, com o município. Principalmente, o
133 município tem que estar presente nessa discussão. E, aí, se definindo o local,
134 nós vamos analisar se não tem alguma outra interferência, mas não sendo no
135 interior da unidade de conservação. Mas estamos abertos a qualquer diálogo.”

136 Conselheira Adriana Maugeri: “Só para revisitar um assunto que tratamos em
137 2017, nesta Câmara, sobre uma proposta sugerindo ao Estado a revisão da
138 1905. Então, se já há algum retorno sobre isso, como está a movimentação
139 dentro do Sisema sobre a 1905. E também, para não perdermos em tela os
140 assuntos que foram tratados aqui, o Henri já me falou, mas seria bom falar para
141 todos também sobre o Sinaflor, sobre essa integração dos sistemas no IEF,
142 essa urgência, essa necessidade. E, no nosso caso, especificamente, a DCC
143 Eletrônica.” Presidente Henri Dubois Collet: “Com relação à 1905, já foi
144 verificado que deverá ser feita via decreto, então, será um decreto, em princípio,
145 e a resolução será revista. Essa providência, no âmbito do IEF, está sendo feito
146 pela Daniela Souza, que é a nossa chefe de Gabinete. Ela já está dando os
147 encaminhamentos, e é um pedido do secretário Germano que isso seja feito o
148 mais rápido possível. Então, nós já estamos trabalhando com isso.” Conselheiro
149 Antônio Eustáquio Vieira: “Voltando um pouco sobre a unidade de conservação,
150 embora tenhamos a legislação que define alguns critérios, eu lembro que a
151 unidade de conservação do Paracatu, na época, tinha uma proposta de passar
152 uma rede de transmissão que ia pegar uma ponta dessa unidade de
153 conservação. E essa ponta era uma área já degradada. Não foi aceito, e deu
154 uma volta. Desmatou uma área para dar essa volta, além de que foram gastos
155 milhões em redes de transmissão, em materiais para fazer essas redes de
156 transmissão. E essa área na unidade de conservação em que ia passar dentro,
157 uma beirada, uma ponta, continua degradada, foi desmatada, no passado, bem
158 antes. Então, eu não sei como nós podíamos tentar equalizar isso, porque eu
159 acho que o custo-benefício tem que ser levado em conta. Porque se gasta tanto
160 recurso natural, por exemplo, para fazer oito torres de uma rede de transmissão,
161 imagina o impacto disso e o impacto do desmatamento de outra área para
162 passar o desvio. Então, eu não sei como podíamos tentar resolver isso, porque
163 esse tipo de problema eu creio que tem acontecido por aí fora. Não vai causar
164 impacto visual nem outro tipo de impacto, muitas vezes. Eu não sei. Fica só
165 esse comentário.” Presidente Henri Dubois Collet: “Realmente, é uma situação,
166 em alguns momentos, bastante complexa porque, primeiro, eu tenho observado

167 que, em alguns casos de projetos de linha de transmissão, principalmente
168 quando são de longa distância, que pegam dois Estados, muitas vezes, a
169 empresa nem consulta a base. E, em alguns momentos, a nossa própria base
170 de dados tem deslocamentos. Nós estamos revisando isso. Eu encontrei muitos
171 deslocamentos em limites de unidade de conservação apresentadas. Então,
172 estamos fazendo essa revisão também. Mas a questão é que, quando vem para
173 analisarmos, ‘mas essa torre aqui está dentro do parque’. ‘Mas vocês não
174 viram?’ Quer dizer, a própria empresa de engenharia que está fazendo a linha
175 hoje, projetando a linha, o parque já existia. O que nós temos feito é: onde tem
176 linha de transmissão e vai ser criado um parque ou já tem um parque, nós já
177 definimos que aquele limite tem uma linha de transmissão, ela já existe ali. Eu
178 não posso criar um parque e determinar ‘agora, você tira a linha dali de dentro’.
179 Nós temos que conviver com ela. E o contrário também. Se já existe o parque e
180 tem uma nova linha, ela vai ter que seguir um outro traçado. Tem uma linha que
181 eu vi agora, uma linha grande que vem não sei se do sul da Bahia, vem para
182 Pirapora, me parece. Não sei se é essa linha, mas tem uma linha que estava
183 passando nessa região, e eles tiveram que mudar o traçado. Se vai ter algum
184 impacto, tem que ser estudado isso no licenciamento. Nós vamos ter muitas
185 outras áreas, muitas outras linhas que serão construídas. Tem uma linha lá no
186 entorno do Paracatu, agora, recentemente, que foi da usina fotovoltaica que foi
187 autorizada, que eu fiz a autorização. Está na zona de amortecimento. E o que
188 nós pedimos foi que a linha de transmissão para ligar naquela subestação de
189 Paracatu fosse por fora da zona de amortecimento. Eles respeitaram isso
190 também. O projeto era por dentro da zona de amortecimento. Porque é uma
191 área que, inclusive, tem possibilidade de ampliarmos o parque na área onde
192 passaria essa linha de alta tensão. Analisando o contexto, dá para fazer esses
193 ajustes. E eu posso dizer o seguinte: só se houver uma mudança na legislação
194 que me permita falar ‘eu posso colocar uma linha de alta tensão dentro do
195 parque’. Porque a legislação veda o uso direto, e nós sabemos que vai haver
196 uso direto ali. Então, eu não posso autorizar. Lógico que, aí, teria que ter um
197 amplo estudo para poder ver e justificar. E, aí, teria que desafetar o parque
198 naquele limite onde teria essa linha. Então, seria uma outra possibilidade. Não é
199 que não tem possibilidade, possibilidade existe, mas, aí, tem que fazer uma
200 audiência pública, tem que levar para a Assembleia, o governador tem que
201 assinar, e, aí, nós temos que cumprir. Então, por isso que tem toda essa
202 complexidade. Às vezes, é o que você falou, por uma mudança de uma torre
203 teve que construir outras seis, teve que ter outras interferências, mas não são
204 no interior de um parque com decreto em vigor. Respondendo a Adriana, o seu
205 segundo questionamento, eu quero convidar a Fernanda para fazer
206 apresentação sobre a questão do Sinaflor. Como da outra vez, tivemos
207 perguntas e questionamentos sobre o Sinaflor, hoje nós trouxemos uma
208 apresentação e, em seguida, sobre o CAR.” **Sistema Nacional de Controle da**
209 **Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor)**. Fernanda Teixeira Silva/IEF fez

210 apresentação sobre o status de implementação do Sistema Nacional de
211 Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor). O conteúdo da exposição
212 foi disponibilizado no site da SEMAD. **Debates.** Conselheiro José Mário Lobo
213 Ferreira: “Parabéns pela iniciativa. Eu acho que nós temos que ampliar essa
214 facilidade das diversas tecnologias da informação que temos hoje. Eu fiquei
215 com uma dúvida. Como a ideia do sistema é estar integrado com o CAR, se
216 esse processo vai depender das análises do CAR. Ou seja, existe o risco de um
217 produtor, quando for solicitar uma declaração de corte, licença ou qualquer um
218 desses módulos, se isso vai depender de uma análise do CAR para poder
219 liberar e, aí, acaba travando. Se tem a ideia de o sistema estar integrado, então,
220 existe risco?” Fernanda Teixeira Silva/IEF: “Eu acho que, atualmente, para
221 todas as ações de intervenção é prevista uma análise do CAR antes, é
222 necessário que seja feita. Só que não no sistema, porque ainda não estamos
223 com esse módulo pronto.” Mariana Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “Na
224 proposta, que foi repassada até pelo Ibama, quando eles vieram aqui
225 apresentar para nós, o banco de dados do CAR que vai migrar para o Sinaflor
226 são todos os cadastros que estão com status ativo. E essa integração também
227 está sendo revista pelo Serviço Florestal, de como vai te dar essa integração,
228 justamente para não causar essa questão de depender de uma análise prévia
229 do CAR para entrar para o Sinaflor. Então, isso já está sendo considerado pelo
230 Serviço Florestal. Mas é questão de status, então, nós mudamos um status no
231 CAR, e ele migra para o Sinaflor. Mas isso já está sendo colocado.” Conselheiro
232 José Mário Lobo Ferreira: “Eu gostaria de fazer uma sugestão. Na medida em
233 que esse tema estiver mais avançado, se nós pudéssemos fazer simulações em
234 uma ação conjunta com a Seapa e outros órgãos, para que possamos agilizar
235 esse processo dentro de uma rede colaborativa. Ou seja, não precisa esperar o
236 sistema ficar pronto para depois lançar, aí começa a identificar os problemas.
237 Então, essas simulações eu acho que seriam interessantes. Eu queria reforçar
238 também a necessidade dessa aproximação, considerando a possibilidade dos
239 arranjos produtivos que podem ser implantados nas APPs, de acordo com o
240 Código Florestal. Ou seja, se é possível implantar SAFs, tem uma série de
241 questões com relação ao manejo, à licença para poder fazer uma poda. Então,
242 é importante também discutir esse ponto, que eu acho que é muito relevante,
243 considerando que são áreas de alto potencial produtivo, considerando as APPs
244 no entorno dos córregos, que, principalmente para agricultores familiares, é uma
245 fonte de renda importante. E temos, então, que discutir essa regulamentação.
246 Tem essa interface entre o PRA e esse sistema do Sinaflor.” Fernanda Teixeira
247 Silva/IEF: “Com relação a esse trabalho conjunto e fazer essas simulações e
248 esses testes, eu acho muito interessante também. Eu posso conversar com o
249 pessoal do Ibama, com o nosso contato, para ver essa disponibilidade deles,
250 para realmente não deixar para a hora da implantação. Com relação à
251 regulamentação, nós estamos trabalhando em duas frentes. Uma é esse Grupo
252 de Trabalho que o Pedro citou, que já foi realizado o seminário, uma interface

253 entre a Seda, IEF e SEMAD. E nós temos trabalhado nessa regulamentação da
254 implantação dos SAFs em APP e reserva legal. E a outra questão que estamos
255 trabalhando, que eu não sei se já foi apresentado aqui na CAP, é que nós
256 estamos trabalhando na construção do marco legal do PRA e dos instrumentos
257 dele, o que envolve o CAR, as cotas de reserva ambiental. Nós fizemos uma
258 licitação há para contratar uma consultoria especializada. Essa licitação foi
259 concluída. Nós agora estamos na fase de homologação da licitação para
260 assinar o contrato e dar início, mas a ideia é que essa consultoria seja
261 responsável, junto com o IEF e a SEMAD, por fazer essa mobilização junto às
262 empresas e instituições interessados nesse tema e recolha todas as sugestões
263 desses atores para que a gente construa essa regulamentação. Então, está
264 andando nesses dois caminhos.” Conselheiro José Mário Lobo Ferreira: “O
265 último comentário é que, no final de 2016, nós solicitamos que se criasse esse
266 grupo para discutir o PRA. Mais uma vez, reforçando aqui para não esperar que
267 esteja em um estágio lá na frente para depois mobilizar os outros atores. Então,
268 se pudéssemos já estar acompanhando, seria de extrema importância, porque
269 aí podemos contribuir muito nesse processo da regulamentação do PRA.”
270 Fernanda Teixeira Silva/IEF: “A Mariana e o Gustavo tinham me passado isso,
271 nós já temos uma minuta de resolução praticamente pronta e pretendemos
272 fazer a publicação antes do início da consultoria.” Conselheiro Pedro de Freitas
273 Moreira: “Nesse Grupo de Trabalho a Seda está entrando, mas junto com as
274 organizações que trabalham com agroecologia há muito tempo. Porque nós
275 fizemos um edital de SAF, no início de 2015, e chegamos a essa conclusão.
276 Então, várias organizações da agroecologia, que trabalham com agricultura
277 familiar há muito tempo, vão junto com a Seda participar desse Grupo de
278 Trabalho para pautar o SAF muito nessa preocupação. O que precisa
279 normatizar é: nós precisamos chegar a uma mediação do que é razoável para a
280 questão da conservação, diversidade, volume etc., mas que também garanta
281 um mínimo para os agricultores familiares, principalmente aquelas pequenas
282 propriedades que estão em volta dos rios etc., que a maior parte da propriedade
283 é APP. Como a gente consegue construir um pouco com essa mediação.”
284 Conselheira Adriana Maugeri: “Eu fico feliz com o andamento. Nós vimos
285 pedindo há tanto tempo. Eu acredito que no final de 2018, em dezembro, na
286 última reunião, já vamos ter novos olhares. Algumas dúvidas são o seguinte.
287 Com a nova DN, a 217, nós temos o cadastro para pequenos e médios
288 produtores, a possibilidade de floresta plantada por cadastro e aquele Relatório
289 Ambiental Simplificado. Ele também vai conversar com esse sistema, a base de
290 informação? Porque, se você precisa de informação também do licenciamento
291 para os talhões que vão ser informados e tudo o mais para ter a rastreabilidade
292 da origem de todo o produto florestal, se também esse novo sistema que ainda
293 não conhecemos do cadastro e do relatório também vai conversar. Há um
294 plano, pelo que eu entendi, o DOF vai ser o instrumento que vamos utilizar para
295 transporte, oficial? A GCA vai ter uma data de corte? Se os conselheiros vão ter

296 acesso ao sistema, como ao Siam, se a Secretaria da Fazenda também vai
297 acessar esse sistema dentro de toda a interação que ela tem com o Sisema. E,
298 por último, se vai constar nesse módulo que está acabando, se o Ibama já
299 informou, dentro daquele módulo de recuperação de área degradada, se os
300 prazos vão estar lá ou não. E a Daia. No corte de árvores isoladas me ficou
301 essa dúvida se vamos ter que usar a eletrônica também, se o processo da Daia
302 vai ser eletrônico. E aí, obviamente, necessitando da revisão de 1905. Se ela for
303 realmente eletrônica, a questão do aproveitamento do rendimento lenhoso que
304 vimos falando de ser um ato de subsequente à Daia, por natureza objetiva.”
305 Fernanda Teixeira Silva/IEF: “Com relação ao acesso dos conselheiros, esse
306 perfil de consultas que já solicitamos ao Ibama que seja feita essa customização
307 no sistema, eu acho que, sim, é viável que os conselheiros tenham acesso ao
308 sistema, mas precisamos que esse perfil seja, efetivamente, criado no Sinaflor.
309 Com relação às árvores isoladas, sim, isso também vai estar dentro do sistema,
310 os Daias vão ser via sistema. Com relação às GCAs, é isso mesmo, nós vamos
311 passar a adotar o DOF. Então, vai ter que fazer essa linha de corte, como eu
312 expliquei. Aqueles processos que já foram inseridos e já têm a GCAs teriam que
313 terminar nesse sistema em que já iniciaram. E, a partir dessa data de corte, os
314 novos que foram inseridos em algum sistema seriam inseridos no Sinaflor. Mas
315 essas questões estão sendo discutidas ainda dentro do Sisema.” Conselheira
316 Adriana Maugeri: “A questão da DN 217, a conversa entre os dois sistemas.”
317 Fernanda Teixeira Silva/IEF: “Ainda não está prevista essa integração entre os
318 dois, é um assunto que temos que discutir melhor. Na verdade, vai ser mais a
319 SEMAD que vai ter que verificar essa questão. E tem, obviamente,
320 representantes da SEMAD que já participaram do primeiro treinamento, já viram
321 algumas necessidades de customização. Eu não mostrei aqui para vocês essas
322 necessidades, mas já foram listadas pelos participantes do treinamento. Então,
323 essa é uma questão que está sendo verificada pelo pessoal da regularização.”
324 Conselheira Adriana Maugeri: “Eu esqueci de perguntar se o registro do
325 produtor de carvão também vai ficar tudo dentro do mesmo balaio.” Fernanda
326 Teixeira Silva/IEF: “O sistema está integrado ao CTF, não está integrado ao
327 nosso REC, então, eu ainda não sei responder como ficaria essa interface com
328 o nosso cadastro e registro.” Conselheira Adriana Maugeri: “Fica esse pleito
329 nosso dessa integração, porque, para os produtores sérios, é interessante que
330 se tenha, realmente, o rastreio desde a origem, que seja fácil o acesso e fácil a
331 comprovação da seriedade de todo o processo. Eu acho que é uma excelente
332 oportunidade de conseguir separar o joio do trigo, os sérios daqueles não tão
333 sérios. E é importante desde o registro da origem do talhão, de onde veio
334 aquela madeira, até o carvão ou qualquer que seja o produto florestal. Isso é
335 importante, e nós colocamos a AMS totalmente à disposição do IEF, como
336 sempre, para que possamos conversar dentro da sugestão mesmo que foi
337 dada, para que possamos sugerir algo antes de estar rodando, algumas
338 customizações de operacionalidade mesmo do sistema, com os

339 empreendedores. Eu acho que isso é importante e dá um ganho de qualidade.”
340 **Programa de Regularização Ambiental (PRA)**. Mariana Lobato Megale de
341 Souza Lima/IEF fez apresentação sobre o status da Política Nacional do
342 Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado de Minas Gerais. O
343 conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. **Debates.**
344 **Conselheiro José Mário Lobo Ferreira**: “Eu gostaria de sugerir, no caso desse
345 programa de cadastro central de comunicação. Parece que o e-mail é a única
346 forma de o usuário receber as informações. Não é isso?” **Mariana Lobato**
347 **Megale de Souza Lima/IEF**: “Não é por e-mail, ele entra na ‘central de
348 comunicação’ e faz o cadastro. Ele entra com CPF e uma senha.” **Conselheiro**
349 **José Mário Lobo Ferreira**: “Se ele for receber alguma comunicação, é só via e-
350 mail ou vocês acessam também pelo telefone? Por exemplo, ele poderia
351 receber uma mensagem caso o e-mail não estiver funcionando? Às vezes,
352 acontece, mudou e-mail ou o e-mail foi do consultor. Pode ser que o consultor
353 coloque o e-mail dele e o telefone do produtor rural, por exemplo.” **Mariana**
354 **Lobato Megale de Souza Lima/IEF**: “A notificação que nós já fizemos testes é
355 que, quando chega alguma mensagem na central de comunicação, ele recebe
356 um e-mail falando que tem alguma notificação na central de comunicação, e tem
357 a mensagem também na central de comunicação.” **Conselheiro José Mário Lobo**
358 **Ferreira**: “Ele teria que acessar a central de comunicação?” **Mariana Lobato**
359 **Megale de Souza Lima/IEF**: “Como eu falei, a central de comunicação, é lá que
360 ele vai receber toda a informação. Ele consegue baixar o recibo da central, o
361 arquivo .k da central de comunicação. Não tem como fazermos essas questões
362 por e-mail, é lá que tem essas funcionalidades disponíveis. E até quando da
363 implantação da análise é lá na central de comunicação. Por exemplo, vai chegar
364 uma notificação falando para ele complementar um documento, alguma coisa, é
365 na central de comunicação.” **Conselheiro José Mário Lobo Ferreira**: “Fica só
366 uma sugestão para pensar. Como o celular hoje tem uma adesão muito grande
367 na zona rural, se seria uma outra forma de entrar em contato com o produtor
368 rural mandar uma mensagem via celular também, para poder avisar, alguma
369 comunicação, alguma coisa assim. E uma pergunta: qual é a previsão que
370 vocês têm? Porque hoje tem 663 mil cadastros. Vocês acham que faltam
371 quantos, mais ou menos? E quais são as metas, como o Estado está
372 enxergando isso? Os produtores que ainda não fizeram inscrição. Vocês têm
373 uma estimativa?” **Mariana Lobato Megale de Souza Lima/IEF**: “A nossa base de
374 referência é o Censo Agropecuário de 2006. Só que ele está defasado e informa
375 551 mil propriedades ou 621 mil propriedades. Nós sabemos que é de 2006,
376 mas, até mesmo pela questão de desmembramento de propriedade, esse
377 número seria maior. Então, já ultrapassou isso. Mas a nossa página de
378 referência é o SIF. E nós baixamos, diariamente, a base do CAR e vemos
379 algumas manchas. E aí nós temos que realmente efetivar essa inscrição nesses
380 locais. É justamente aquela questão dos pontos focais do CAR, nós queremos
381 identificar essas manchas que tem no Estado e realmente atuar. Como nós

382 temos a gestão do território, nós conseguimos enxergar onde tem cadastro e
383 onde não tem, nós conseguimos verificar qual Regional precisa ser acionado
384 para fazer uma ação efetiva de cadastramento e até acionar os parceiros
385 também que tem naquela região. Como já temos essa rede de parceiros
386 estabelecida, é importante resgatar isso para atuar na inscrição. E agora
387 também com essa questão da central de comunicação nós vamos ter que fazer
388 isso novamente, essa força de trabalho para cadastramento na central de
389 comunicação.” Conselheiro José Mário Lobo Ferreira: “Então, fica essa
390 sugestão. Identificando essas áreas em que estão esses vazios para poder
391 acionar a Emater, sindicato, os diversos atores, e, aí, bolar algumas campanhas
392 para poder avançar nessas áreas. Aí eu não sei como o governo está tratando
393 com relação às metas, porque, às vezes, isso dá uma pressão para o produtor
394 rural também. Se você estabelece um prazo, e ele está sabendo que, se passar
395 esse prazo, ele vai deixar de se beneficiar das alterações do novo Código
396 Florestal, o efeito escadinha etc., isso gera uma pressão para finalizar esse
397 trabalho de cadastramento.” Mariana Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “O
398 prazo que nós trabalhamos é o do CAR mesmo, os prazos colocados pela
399 legislação, e fazemos esse trabalho de realmente colocar essa questão para o
400 produtor de perda dos benefícios que a lei coloca. Mas, por enquanto, de meta,
401 ainda não determinamos.” Conselheiro José Mário Lobo Ferreira: “Qual é o
402 prazo hoje?” Mariana Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “Até 31 de maio.”
403 Conselheiro José Mário Lobo Ferreira: “Talvez, vamos ter que fazer isso, uma
404 campanha. Se, de fato, for 31 de maio, essa é uma informação muito relevante.”
405 Mariana Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “É 31 de maio, foi prorrogado no
406 final do ano passado.” Conselheira Adriana Maugeri: “Na última apresentação
407 até que o Gustavo fez aqui na CAP, ele falou que as áreas do Estado também
408 não tinham sido cadastradas, grande parte delas. As grandes manchas que ele
409 mostrava no sistema para nós, ele falava ‘isso aqui são áreas do Estado’, tanto
410 áreas protegidas quanto áreas mesmo de propriedade do Estado. Se vocês
411 realizaram essas inscrições. E a dúvida que eu tenho também e que nós
412 levantamos à época é nesse módulo de análise. Na época, havia uma previsão
413 que o Gustavo passou, da gerência. Como o volume é muito grande de
414 propriedades, provavelmente, iria se começar a análise pelas grandes
415 propriedades, e, provavelmente, das pequenas propriedades nem seria feita a
416 análise. Como está isso? Mantém isso, alterou? Como está essa questão do
417 planejamento da análise para ser célere? E se vocês consideram, como
418 consideravam antes, a possibilidade até de terceirização dessa análise para ela
419 ser ágil.” Mariana Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “A primeira pergunta, a
420 questão do cadastramento das áreas do Estado, justamente, nessa
421 identificação dos pontos focais, nós vamos pegar, mais efetivo, o
422 cadastramento. Nós discutimos muito a inscrição dos imóveis em nome do
423 Estado e de unidade de conservação também. É importante o cadastramento
424 dessas áreas inseridas em unidade de conservação justamente para fazermos a

425 gestão, porque isso vai rebater lá no PRA, na questão de compensação de
426 reserva legal. Então, nós temos que ter esse cadastramento dessas áreas no
427 CAR também. Nós já estamos planejando uma força de trabalho para o
428 cadastramento dessas áreas do Estado. Na questão da análise, nós também
429 temos que fazer esse planejamento, em virtude do quantitativo que temos, mas
430 é justamente fazer essas estratégias, porque realmente não dá para analisar
431 tudo. Tem proprietário que não vai requerer nada no órgão ambiental, então,
432 nós temos que analisar isso de uma forma. Eu não vou, neste momento agora,
433 gastar uma força de trabalho analisando um imóvel que por agora não vai
434 requerer nenhum ato autorizativo dentro do órgão ambiental. Nós estamos
435 querendo focar os esforços não só nos imóveis acima de 4 módulos fiscais, mas
436 naqueles que entrarem com algum pedido de regularização ambiental, algum
437 processo dentro do órgão ambiental. Então, a análise que estamos pensando,
438 previamente, seria essa. E criar, realmente, regiões prioritárias de análise, igual,
439 por exemplo, a Bacia do Rio Doce, que já tem uma força de trabalho investida,
440 tem toda essa discussão. Então, por exemplo, seria uma região regiões
441 prioritária para análise. Então, nós temos que trabalhar justamente com regiões
442 prioritárias e dar prioridade a quem vai entrar com algum pedido no órgão
443 ambiental.” Conselheira Adriana Maugeri: “E sobre a possibilidade de
444 terceirização da análise para ser célere.” Mariana Lobato Megale de Souza
445 Lima/IEF: “Isso é outra coisa que temos que discutir, porque está prevista na lei.
446 No Estado, a análise pode ser colocada, mas isso ainda nós não discutimos.”
447 Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa: “Nessas manchas que
448 apresentam não cadastro do proprietário rural, em relação a propriedades
449 privadas, você vê um número grande de que não foram cadastradas ainda? A
450 sua expectativa é de quantos por cento do Estado que estão nessa situação?”
451 Mariana Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “Analisando o banco de dados que
452 nós temos, não são muitas áreas. Minas Gerais tem muitas propriedades, mas,
453 se olhar o quantitativo de imóveis inscritos, são poucos. Como eu falei, essa
454 força de trabalho vai ter que ter. Mas, pelo quantitativo que já foi cadastrado no
455 CAR, falta pouco para conseguirmos, são poucas as manchas. Principalmente
456 no Norte do Estado é que nós identificamos, mas, por exemplo, no Sul tem
457 muito cadastro, são poucas áreas que precisam fazer esse esforço mesmo.” **4)**
458 **EXAME DA ATA DA 13ª REUNIÃO**. Aprovada por unanimidade a ata da 13ª
459 reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 25 de janeiro
460 de 2017. **5) MONITORAMENTO DAS EMISSÕES NA PRODUÇÃO DE**
461 **CARVÃO VEGETAL - NOVAS PERSPECTIVAS. Apresentação: Associação**
462 **Mineira de Silvicultura (AMS)**. Francisco Carlos Lima Diniz, da empresa
463 Medições Ambientais Consultoria, fez exposição sobre monitoramento das
464 emissões na produção de carvão vegetal, considerando trabalho realizado pela
465 Associação Mineira de Silvicultura (AMS) em parceria com a Fundação Estadual
466 de Meio Ambiente (FEAM). **Debates**. Conselheira Adriana Maugeri: “Hoje,
467 Minas Gerais é o maior produtor mundial de carvão vegetal, até pela nossa

468 condição de maiores plantadores de eucalipto do Brasil. Dentro desse contexto,
469 aproximadamente 80% da produção de carvão vegetal do Estado são realizados
470 por pequenos e médios produtores. O inverso do que muita gente pensa, de
471 que as grandes empresas são os produtores de carvão. As grandes empresas,
472 no máximo, 25% de produção, de 20 a 25%. E aqueles fornos grandes,
473 retangulares ou até mesmo alguns circulares, são os utilizados pelas grandes
474 empresas. Os pequenos e médios produtores, em um contexto muito
475 diferenciado, não existe muito de ter sempre a mesma praça de fornos no
476 mesmo local, geralmente não têm a floresta, e compram a madeira para fazer o
477 carvão. Então, vão acompanhando onde encontram a madeira. Eles trabalham
478 muito com o forno rabo quente, que demos muito enfoque, e com fornos de
479 encosta. Esses fornos possuem uma dificuldade – para não dizer quase uma
480 inviabilidade técnica –, pela sua própria formação, de fazer monitoramento de
481 emissões, porque não têm uma chaminé, não tem uma fonte única de saída da
482 fumaça. O Estado estabelecendo solicitações de monitoramento de emissões
483 com limites de emissões, focou apenas 20 a 25% da produção do Estado. Ou
484 seja, não resolve o problema. Eu acho que tem que ter monitoramento, mas
485 com padrões reais da própria produção de carvão, que está sendo estudada
486 agora, que nós lutamos muito para isso. O Henri sabe do tanto que falamos aqui
487 para o Sisema, são vários anos pedindo, que a DN 187 não estudou carvão
488 vegetal. Por sermos o maior produtor mundial, nós precisávamos, no mínimo,
489 ter uma DN própria para a produção de carvão, por ter tanta diferença de
490 processos produtivos industriais da DN 187. Então, o que eu gostaria de falar é
491 que tivéssemos essa consciência, que, quando vamos estabelecer agora novos
492 parâmetros, a primeira coisa que a presidência da FEAM falou foi o seguinte:
493 ‘Eu quero estabelecer parâmetros que eu possa, realmente, monitorar e
494 fiscalizar todos os produtores. Eu não posso focar 20% da produção do Estado
495 e achar que estou resolvendo o problema, e esquecer que 80% estão aí, e, por
496 serem pequeno e médio, eu não tenho nem como estabelecer para eles algum
497 limite de emissão, porque não vão nem conseguir me mostrar’. Não falo nem
498 por questões financeiras, de pagar um estudo de monitoramento, mas de
499 viabilidade técnica de conseguir fazer esse trabalho. E dentro da nossa
500 realidade também de mercado, cada vez mais, o próprio trabalho de siderurgia
501 sustentável com o Ministério de Meio Ambiente e o Pnud por trás, está
502 querendo implantar em Minas Gerais uma rede mesmo de estímulo à produção
503 do carvão sustentável para pequenos e médios. Esses 80% não têm assistência
504 técnica para produzir carvão, o Estado de Minas não oferece nenhuma
505 assistência para aquele que quer aprender a fazer carvão ou que quer fazer da
506 melhor forma ou, até mais, que saiba comercializar, inclusive, carvão, o que não
507 é fácil. Ou que ele tenha conhecimento da própria legislação que cabe a ele, as
508 prestações de conta, para o próprio IEF, dessa produção de carvão. Ou seja,
509 nós temos 80% da produção, grande parte desses 80%, à deriva. Não podemos
510 permitir isso mais, nós precisamos profissionalizar e apoiar. E uma linha de

511 atuação da AMS agora, desses 25%, no que tange ao trabalho – porque nós
512 compramos carvão desses pequenos produtores também –, é apoiá-los. Mas
513 precisamos de uma política de Estado, nós temos que estarmos juntos. Esse é
514 um lema. É por isso que eu quis trazer um pouco de informação para vocês
515 sobre que mistério é esse de produção de carvão. Ninguém está se furtando às
516 suas responsabilidades, mas elas precisam estar claras dentro de um processo
517 de conhecimento técnico de dados, de informações. Achar que produção de
518 carvão vegetal é poluente, sem estudar, não pode mais acontecer em Minas
519 Gerais. Por isso que nós falamos: ‘Estado, para você me cobrar ou cobrar do
520 pequeno ou do médio, venha estudar comigo, saber o que é uma emissão,
521 saber que grande parte dessa emissão é vapor d’água, saber que eu não tenho
522 SOx, saber que eu não tenho significância de emissão de gás de efeito estufa
523 na produção de carvão vegetal’. Sempre foi muito marginalizado o carvão
524 vegetal, que tem tanto benefício e é uma fonte energética de substituição de
525 altíssima qualidade. Infelizmente, a gente precisa de ter um olhar externo,
526 internacional, para depois valorizar o nosso produto. Internacionalmente, eu não
527 sei se todos sabem, vários países estão se comprometendo a redução de
528 emissões de gás de efeito estufa, inclusive, com programações de substituições
529 de fontes de calor, de energia, por carvão vegetal, ou até mesmo pelo gusa
530 verde, que só nós fazemos. Só Minas Gerais fabrica o gusa proveniente de
531 carvão vegetal. Então, eu acho que nós temos o ouro verde, e não esse ouro
532 negro que todo mundo fala. O ouro é verde, e nós precisamos valorizar.
533 Mineiros, temos que valorizar o que produzimos de melhor e ajudar aquele que
534 quer produzir a produzir da melhor forma, comercializar e não impactar
535 ambiente nem socialmente com a sua atividade.” Conselheiro Fernando Antônio
536 de Souza Costa: “Quando colocamos o desmatamento com a queima do
537 material vegetal, ele é um dos grandes problemas da emissão de gás de efeito
538 estufa. Contraria um pouco a sua fala de que a queima de material vegetal tem
539 menos emissão de gás de efeito estufa. Ficou a dúvida para mim porque toda
540 situação que colocamos dentro do plano de baixa emissão de carbono é a
541 redução do desmatamento com a queima do material vegetal, tanto de biomas
542 nativos quanto de florestas plantadas. Esse é um ponto.” Conselheira Adriana
543 Maugeri: “Como o Chico falou, é justamente isso, essa desmitificação: nós
544 produzimos carvão, nós não queimamos madeira. Se nós queirmos a
545 madeira, nós temos cinzas. O nosso processo é uma combustão sem oxigênio,
546 para obter o carvão. Na carbonização, as emissões são aquelas que o Chico
547 apresentou. Na queima, incêndio e tudo mais, é completamente diferente
548 porque tem o oxigênio, entre outros. No processo controlado, é diferente, nem
549 pode ter oxigênio, se não vira cinza.” Conselheiro Fernando Antônio de Souza
550 Costa: “Só porque na sua fala você estava falando só da carbonização. Quer
551 dizer, está correto. Muito obrigado pela informação. Agora, um outro ponto que
552 eu queria ver com você é o seguinte. Se tem esse estudo, o que seria feito para
553 reduzir essas emissões, qual seria a prática que o produtor rural florestal

554 poderia fazer em termos dessa hora do manejo, da carbonização, para reduzir
555 as emissões? Eu fiquei um pouco em dúvida.” Francisco Carlos Lima Diniz: “O
556 ponto ótimo de um processo é normalmente adquirido com a experiência, ao
557 longo do tempo, da produção. Por exemplo, madeira verde, tem um problema
558 maior de emissão. Madeira úmida, também. Acontece que, quando a Adriana
559 fala ‘o pessoal não tem assistência’, quanto ele perde se trabalhar com madeira
560 verde, com madeira com 50% de umidade, com 30% de umidade? Então, parte
561 do calor gerado em um processo desse exige apenas o que vai ser gasto para
562 fazer a transformação da água em vapor e extraí-la de dentro do forno. Então,
563 eu vou gastar parte da energia – que eu deveria estar aguardando para vender
564 o carvão e tudo mais – para evaporar água. Então, quanto menos água tiver,
565 menor vai ser o arraste de material que sai junto com ela. Então, para ter um
566 controle melhor na qualidade da madeira, na seleção da madeira, na quantidade
567 água da madeira, no tempo de secagem dessa madeira, isso minimiza a
568 emissão. Não resolve, mas minimiza a emissão. Todos os processos em que há
569 interferência direta nossa, isso acontece enquanto está no processo. Uma vez
570 lançada para a atmosfera, o nosso controle fica limitado.” Conselheiro Antônio
571 Eustáquio Vieira: “Na realidade, eu estou entendendo que a técnica, tanto por
572 forno de rabo quente como grande, é mais ou menos.” Francisco Carlos Lima
573 Diniz: “A técnica de produção ou de amostragem?” Conselheiro Antônio
574 Eustáquio Vieira: “De queima, de carbonização. Então, esses índices que você
575 levantou podem ser estendidos para os pequenos e médios também, que são
576 esses 75 a 80%. Não é isso? Mais ou menos, os índices de emissão são os
577 mesmos.” Francisco Carlos Lima Diniz: “A performance vai ser um pouquinho
578 diferente. O produto final, os poluentes, a carga de material particulado difere.
579 Se eu tenho uma demanda, por exemplo, se tenho um forno grande, o calor
580 começa lá na ponta dele e vem para cá. Naquele exato momento, está jogando
581 ali uma carga de material particulado que está vindo pelo caminho. Se ela
582 passar por toda aquela lenha, parte daquele material condensável vai ficando,
583 vai fazendo uma coisa gradativa. Se eu tenho muito concentrado, vou ter uma
584 emissão diferenciada. Os produtos são os mesmos. Até naquela citação da TA-
585 Luft, que é a legislação alemã, eu, particularmente, tenho a convicção de que
586 concentração não é parâmetro para determinar limite. Eu vou de encontro ao
587 que a legislação ambiental está colocando. Fala o seguinte. Três aqui têm três
588 empresas. A concentração da empresa dele é 500, a dela é 400, e a sua é 100.
589 Pronto, a sua é a melhor empresa porque está jogando menor concentração. Só
590 que a vazão do seu processo é 500 mil m³, o dela é 100 mil m³, o dele é 50 mil
591 m³. Quando pega esse material e multiplica a vazão pela concentração, a menor
592 taxa de emissão está com aquela empresa que tem a maior concentração.
593 Então, por isso, essa busca por uma legislação, uma definição clara, para o que
594 nós queremos para comparar esses resultados. A sua dúvida é a minha
595 também. Eu quero saber o seguinte. Quanto de madeira que eu produzo no tipo
596 forno a, b, c, e quanto eu joga para o ar, o ambiente, nessa situação. Então,

597 como é o sistema de batelada, eu nunca vou conseguir, no caso, ter um
598 armazenamento ou enchimento de um forno de maneira idêntica, mas vou ter
599 sempre uma correlação. Cada vez que está queimando x de madeira, tem uma
600 probabilidade de jogar tanto de poluente na atmosfera. E para isso que nós
601 estamos fazendo esse estudo minucioso, para entender que existe, sim,
602 diferença, mas a correlação de carvão produzido e material lançado tem que ser
603 melhor estudada.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Para mim, foi
604 importante essa apresentação, porque a gente não deixa de ter muito
605 preconceito na vida da gente, em todos os níveis. E eu vejo que o grande
606 preconceito em cima do que você falou com relação ao carvão é o mesmo com
607 relação às ETEs. É a mesma coisa, é matéria orgânica que causa essa
608 confusão, esse impacto grande, inclusive no mau cheiro. E esse mau cheiro
609 gera, às vezes, o preconceito com relação à contaminação do ar etc. Agora, já
610 que vocês estão dentro da área, talvez tenham essa informação. Esses 70 a
611 80% de pequeno e médio, quanto por cento do material que eles carbonizam
612 vem de eucalipto e quanto por cento vem de mata nativa? É importante.
613 Inclusive, eu acho que dentro dessa proposta de legislação tinha que ter alguma
614 questão com relação às nativas que são enterradas nos empreendimentos.
615 Porque existe cemitério de árvore para tudo quanto é banda em Minas Gerais.
616 Nós sabemos disso. E isso vai passando, técnicos que orientam produtor dizem
617 ‘corte a madeira e enterre aí’. Para ver se conseguimos evitar que isso aconteça
618 também.” Outra questão que eu queria de informação também, embora seja
619 uma quantidade menor de madeira, é que nós temos observado essas
620 duplicações de rodovias, como também construção de hidrelétricas, quando
621 eles desmatam, aquela madeira fica ali jogada fora, apodrece, e não se faz
622 nada. Então, é também outro conflito que a gente vê, principalmente com os
623 produtores da região. Então, essas solicitações de informações, se vocês têm
624 para nos passar.” Conselheira Adriana Maugeri: “O meu sonho é que eu
625 pudesse responder para você que era 100% de floresta plantada de eucalipto.
626 Inclusive, o Código Florestal mineiro estabeleceu que, a partir de 2018 – já
627 estamos nessa vigência –, não será mais permitida a produção de carvão de
628 origem de árvore nativa. Isso também foi uma conquista. Somente grandes
629 produtores podem adquirir eu acho que até 5% da sua produção de carvão de
630 nativa. Tem um escalonamento disso. Mas só um pouquinho dentro daqueles
631 25% também, grande parte não é permitida.” Conselheiro Antônio Eustáquio
632 Vieira: “Porque o desmatamento continua.” Conselheira Adriana Maugeri: “Eu
633 vou chegar lá. Eu até vou pedir, Henri, para apresentarmos. Eu não vou
634 conseguir na próxima CAP, mas acredito que em abril. A AMS quer trazer aqui
635 um estudo de demanda de madeira no Estado de Minas Gerais. Nós já estamos
636 levantando por segmentos e já conseguimos pelo gusa só. Eu não sei se todo
637 mundo tem acompanhado, mas até meados do ano passado era a choradeira
638 de que não tem madeira e que o preço está baixo, que tem gente que está
639 dando madeira, aquela confusão toda. O gusa melhorou no mercado

640 internacional, o preço; o carvão, por consequência, melhorou, e a demanda por
641 carvão voltou ao patamar de 2012, quando nós tínhamos um horizonte bom de
642 produção de gusa no Estado, também o maior produtor de gusa brasileiro.
643 Nessa linha, aumentou a demanda, aumentou o preço, aumentou a bandidagem
644 também. Como tem uma demanda por carvão muito superior ao que nós temos
645 de floresta plantada e manejada economicamente, muito aproveitador e está
646 comendo Cerrado e Mata Atlântica, sim. Tem muita gente. E isso nós já
647 estamos tratando, conversando com o Estado: isso é caso de polícia, isso não é
648 coisa para gente comum, é bandidagem, isso chega a doer. O que acontece?
649 Ele vai, desmata Cerrado, principalmente, pelas regiões; produz o carvão e
650 consegue ainda vender para outros sujeitos, também de não boa índole, como
651 carvão de floresta de eucalipto, com preço muito inferior. Então, sempre que
652 tem no mercado uma ascendência de preço, sempre tem os aproveitadores.
653 Então, floresta nativa não deveria ter. Tem uma proporção oficial pequena
654 ainda, dentro do que permite o Código Florestal mineiro, mas o que não é
655 permitido nós sabemos que tem e está crescendo. Essa é uma outra
656 preocupação que, quando eu apresentar esse estudo, eu vou propor um
657 trabalho, que já estamos conversando com o Estado, de combate a esse
658 desmate também, que é uma obrigação nossa. A questão de estradas,
659 hidrelétricas e tudo mais, eu vou falar até com propriedade, porque eu já
660 trabalhei no setor elétrico. Acontece também do que eu falei com a Fernanda
661 mais cedo, a questão do aproveitamento do rendimento lenhoso. Você tem
662 autorização para o corte dessas árvores, ela não tem finalidade econômica
663 nenhuma, não está cortando para fazer carvão, mas para fazer a limpeza, o
664 enchimento no Estado, ele tem que pedir um licenciamento ambiental para
665 aproveitar aquele rendimento lenhoso. Aí, aquela madeira vai esperando o
666 processo de licenciamento, que nós sabemos como é que é. Apodrece a
667 madeira, perde, e fica aquilo sem aproveitamento econômico viável, que é a
668 nossa luta. Queremos que o aproveitamento do rendimento lenhoso seja um ato
669 consequente da autorização da supressão, para que a pessoa realmente possa
670 fazer alguma coisa daquela madeira. Até hoje, se você quiser doar essa
671 madeira. Vamos supor que a Cemig faça o desmate e queira doar essa madeira
672 para alguém, para lenha, cerâmicas e tudo mais. Ela não pode, tem que esperar
673 autorização, o licenciamento do aproveitamento do rendimento lenhoso para dar
674 sequência. Essa é a realidade que você relatou bem e que nós vemos, e muito,
675 no Estado.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Já que esse licenciamento
676 de hidrelétricas e estradas, quem cuida disso é o Ibama, e tem representante do
677 Ibama aqui dentro, eu acho que o representante do Ibama tinha que tentar dar
678 uma olhada nisso. Porque nós tentamos resolver isso na nossa região, no lago
679 de Batalha, e ficamos anos. Venceram a gente pelo cansaço. E não
680 conseguimos ter reaproveitamento disso nem de uma maneira nem de outra.”
681 Conselheira Rosa Maria Medeiros: “Eu não sou exatamente da área de
682 licenciamento, mas vou passar essa questão para esse esclarecimento na

683 próxima reunião.” Conselheira Adriana Maugeri: “Só para esclarecer: tem
684 competência do Ibama e tem do Estado. Depende do empreendimento.” **6)**
685 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.**
686 **6.1) Amauri Pinto Costa / Granja Iana (recria). Avicultura de postura.**
687 **Itanhandu/MG. PA 319/2005/006/2018. Classe 5. Apresentação: Supram Sul**
688 **de Minas.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. **7)**
689 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE**
690 **OPERAÇÃO CORRETIVA. 7.1) AB Florestal Empreendimentos Imobiliários,**
691 **Atividades Florestais e Participações Ltda. Fazenda Araras e Boa**
692 **Esperança. Produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada. João**
693 **Pinheiro/MG. PA 18196/2005/004/2013. Classe 5. Apresentação: Supram**
694 **Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único.
695 **7.2) José Lúcio dos Santos / Sítio Boa Vista / Granja Piglândia.**
696 **Suinocultura (unidade de produção de leitões), formulação de rações**
697 **balanceadas e de alimentos preparados para animais, criação de ovinos,**
698 **caprinos e bovinos de corte (extensivo) e serralheria, fabricação de**
699 **esquadrias, tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de**
700 **artigos. Coimbra/MG. PA 02728/2004/002/2013. Classe 5. Apresentação:**
701 **Supram Zona da Mata.** Licença concedida por unanimidade nos termos do
702 Parecer Único. **8) ENCERRAMENTO.** Presidente Henri Dubois Collet: “Eu
703 agradeço a Adriana por trazer essa análise, essa discussão muito bem
704 colocada. Eu acho que é importante e quero provocar os outros conselheiros
705 para outras informações que às vezes possam trazer para discutir nesta
706 Câmara. Eu acho que é importante ter essas discussões e que possamos estar
707 sempre juntos aqui trazendo esclarecimentos e também aprendendo. Então, eu
708 acho isso muito importante nessas nossas reuniões.” Conselheiro Antônio
709 Eustáquio Vieira: “Eu queria propor, para a próxima reunião da CAP, o
710 Movimento Verde de Paracatu fazer uma apresentação rápida de um projeto
711 que nós temos lá de proteção de nascentes através de cercamento. É um
712 projeto que já tem dez anos de idade, e nós já construímos 135 km de cerca em
713 mais de 150 propriedades. Inclusive, tem parceria do IEF até um certo período,
714 e depois passou a ser uma parceria mais institucional. O Comitê do Paracatu e
715 o do São Francisco são parceiros, institucionalmente. Eu acho que é legal para
716 mostrar coisa que está acontecendo em uma região do Estado onde as pessoas
717 nem sabem, porque é uma região muito distante, na bacia do rio Paracatu.”
718 Presidente Henri Dubois Collet: “É opinião dos conselheiros, mas eu acho que
719 todos estão de acordo e eu também estou de acordo.” Conselheiro Dazio Vilela
720 Chaves: “Eu acho que isso é a coisa mais importante que tem. Se fosse
721 possível uma campanha educativa, através do Estado, para proteção de
722 nascentes, de reservas, isso seria a coisa mais importante que o governo
723 poderia fazer nessa área. Eu tenho trabalhando, em 46 de agronomia, nesse
724 sentido: preservação de nascentes e de áreas de APP, principalmente.”

725 Presidente Henri Dubois Collet: “Está ficando registrado, e nós vamos fazer os
726 encaminhamentos.” Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
727 presidente Henri Dubois Collet agradeceu a presença de todos e declarou
728 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

729

730

731

732

733

734

APROVAÇÃO DA ATA

Henri Dubois Collet
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris